

Palavras-chave: Guimarães; Dupla; Castelo; Colegiada; Património

Key words: Guimarães; Double; Castle; Collegiate; Heritage

ABSTRACT

Guimarães was originally composed of two contiguous towns that were formally independent and separately administered, which were only united by king João I. The Vila Baixa progressed while the castle's neighborhood slowly decayed. Towards the end of the nineteenth century, a patrimonial awareness developed centered in the medieval history of the city and very much influenced by romantic values. This awareness was responsible for the rehabilitation works undertaken in the Vila do Castelo, developed as part of the "Comemorações dos Centenários" (centennial commemorations) promoted by the government in 1940. A new division of the city was then under way. An integrated vision of heritage-related issues, however, will allow for the overcoming of this situation and the urban ensemble will be classified as World Heritage.

RESUMO

Guimarães seria originalmente formada por duas vilas, contíguas, mas formal e administrativamente independentes, apenas unificadas por D. João I. A Vila Baixa seguiria um caminho de progresso, enquanto que o burgo do castelo entraria num longo processo de decadência. Nos finais do século XIX emergiu em Guimarães uma cultura patrimonial, centrada na história medieval da cidade e muito marcada pelos valores românticos. Ela estará na origem das grandes acções de recuperação da Vila do Castelo, integradas nas Comemorações dos Centenários promovidas pelo Estado Novo em 1940. Esboça-se então uma nova divisão da cidade. Uma visão integrada das questões patrimoniais, contudo, ultrapassará definitivamente essa situação e o conjunto urbano será classificado como Património Cultural da Humanidade.

GUIMARÃES – da fundação a Património da Humanidade

José Ferrão Afonso*

Idade Média

Entre 950 e 959 a condessa Mumadona Dias fundou um mosteiro *duplex* junto à importante via Braga – Coimbra. Poucos anos decorridos, ergueu numa elevação próxima um castelo protector que doaria aos monges e monjas do cenóbio. Dois elementos clássicos na criação urbana dos finais da Alta Idade Média estiveram, portanto, na origem de Guimarães. A localização do mosteiro e do castelo, numa encruzilhada importante nas margens de sistemas ecológicos diferenciados, o interior montanhoso e a planície litoral, rapidamente iriam promover o comércio: Montelongo e Basto, Braga, Lanhoso, Lamego, Santo Tirso, Vila do Conde e Porto serão a constelação geográfica associada ao prosperar de *Vimaranis*. Uma nebulosa, a Via Láctea, que orientava os peregrinos a que o mosteiro estava obrigado a dar hospedagem também: o caminho jacobeu foi um importante contributo para a sedimentação urbana de muitos dos povoados do Norte do país. A marca original da fundação perduraria, pois o povoado organizou-se morfológicamente numa dualidade também clássica na cidade europeia medieval: o burgo monástico, junto da estrada e do mosteiro e, um pouco acima, a Vila do Castelo. Entre elas, as margens de um caminho de ligação rapidamente seriam loteadas, planeando o cobiçado acesso à via pública: nasceu assim a mais antiga rua do povoado, a de Santa Maria.

A conquista de Coimbra em 1064 garantiu um desenvolvimento sólido da povoação, que em 1096 receberá o seu primeiro foral das mãos de D. Henrique. O documento, em que se expunham já preocupações comerciais, seria

* Assistente regente, Escola das Artes da Universidade Católica do Porto/Centro Regional do Porto. Bolseiro da FCT.

confirmado por Afonso Henriques em 1128. Guimarães era já então, juntamente com o vizinho Porto, um centro urbano importante. Em ambas as localidades, a primeira de fundação recente, a segunda com uma longa história, a descolagem urbana far-se-á no âmago do sistema senhorial. Este promoveu-a, organizou-a e encorajou-a: no foral afonsino o desenvolvimento económico da vila e a atracção de populações seriam preocupações centrais. Entre os povoadores estariam os célebres francos; mercadores, monges, guerreiros, ou os três simultaneamente, proliferaram nas povoações medievais do Norte e trouxeram, senão tudo, pelo menos muito: desde a arte da guerra à reforma monástica, do românico aos esmaltes de Limoges que luziam nos tesouros das grandes igrejas. A igreja de Santiago, já existente em 1114 no campo do mesmo nome, foi construída também por francos: Amberto Gualter e Roberto Tibaldo. Se não tivesse sido demolida no século XVI – sabe-se que possuía uma torre sineira sobre a fachada principal e tinha cobertura de madeira – seria, sem dúvida, dos mais antigos templos românicos do território português.

O desenvolvimento comercial da vila dupla era uma realidade já no século seguinte, sendo os dois núcleos administrativamente independentes, com órgãos concelhios próprios. Se a dualidade formal não foi excepcional no quadro urbano coevo, o mesmo não se pode dizer da independência jurisdicional, associada à duplicidade icónica: a Vila Baixa era dominada pela poderosa colegiada real de Santa Maria da Oliveira que sucedera, entre 1107 e 1110, ao mosteiro de Mumadona, e a Vila Alta pelo castelo sucessivamente transformado por D. Henrique, D. Afonso Henriques, D. Afonso III e D. Dinis.

O «Bolonhês» concederá em 1258 a primeira carta de feira de Guimarães à Vila do Castelo, ou Vila Alta. Neste, como noutros casos, será extremamente provável que esses documentos apenas atestassem situações de facto. Quando, em 1272, o mesmo monarca confirmou os foros e regalias dos seus moradores, a povoação possuía já margens geográficas precisas; elas serão a base para a construção de um circuito murado que estava concluído em 1318. Segundo as Inquirições de 1258, a vila dupla de Guimarães possuía então uma população de c. 2250 habitantes e, em 1355, D. Afonso IV instituirá uma feira franca no burgo baixo que, entretanto, também já recebera uma muralha. Iniciada no reinado de D. Dinis, estaria já concluída em 1322. Continuava na direcção SO a cerca da Vila do Castelo e, nos pontos de encontro dos dois circuitos, abriram-se duas portas; a da Garrida, a poente e a da Freiria, a nascente. A cisão preexistente entre os dois povoados, contudo, manter-se-ia; um

pano do muro da Vila Alta separava-os, sendo a comunicação entre eles feita através de uma porta. Apesar da sua importância, Guimarães era então uma vila, ou melhor, duas, como todas as povoações que tinham funções administrativas importantes; cidades, descendentes das antigas *civitates* da Alta Idade Média, eram apenas as sedes episcopais, como as vizinhas Porto e Braga

O progresso demográfico e económico trouxe consigo os Mendicantes, Franciscanos e Dominicanos, ainda na primeira metade de Duzentos. A sua fixação em qualquer centro urbano, sempre muito bem fundamentada e negociada, foi sinal inequívoco de crescimento e progresso. Segundo a versão tradicional, os Franciscanos, chegados à vila ainda na primeira metade do século XIII, ter-se-iam instalado em 1271 num antigo hospital, a SO da Colegiada e junto da porta da Torre Velha. A edificação do convento, contudo, só seria iniciada dez anos depois. Em 1282, a primeira pedra da igreja teria sido benzida pelo arcebispo de Braga. Os Dominicanos, arribados em 1217, instalaram-se na rua de Gatos, junto da muralha e da porta da Vila ou da Piedade onde, segundo a tradição, foram convidados pelo concelho a construir o seu convento c. 1270. A igreja só seria concluída em 1279, sendo rei D. Dinis. A proximidade dos conventos da muralha que se levantava, porém, terá obrigado à sua deslocação para as suas actuais implantações: em 1322 o dos Frades Menores, no ano seguinte o dos Pregadores. A investigação recente não confirma essa itinerância: o convento franciscano, na sua situação actual, estaria já em construção nos anos setenta do século XIII, o dos Pregadores, também na sua implantação contemporânea, dataria de 1272. De qualquer modo, o episódio terá a qualidade de salientar o quão frágil eram muitas fundações mendicantes, e as peripécias porque passaram até uma fixação definitiva. Esta ocorreria, em ambos os casos, em cinturas periféricas extremamente activas: os Franciscanos junto da área industrial de Couros e da estrada de Amarante/Lamego, os Dominicanos perto da porta principal da cidade, à margem da rua dos Gatos, início da movimentada estrada de Vila do Conde.

O porto do margem direita do Ave, que como os seus émulo na orla oposta, Pindela e Azurara, teve acelerado desenvolvimento na Baixa Idade Média, seria o grande embarcador de Guimarães, sobretudo depois que, no reinado de D. Afonso II, João Peres da Maia realizou obras de desobstrução na sua barra e que, em 1318, foi aí fundado o convento feminino de Santa Clara. Contemporaneamente à consolidação da entrada marítima de Vila do Conde, a cidade e os Mendicantes, que assim actuavam em duas frentes, cuidaram dos



Fig. 1 - Guimarães c. 1300. A evolução da forma urbana de Guimarães e a criação de um património edificado.
 In AFONSO, José Ferrão; FERRÃO, Bernardo José, *Guimarães Património Cultural da Humanidade*, vol. I. Guimarães: CMG., Gabinete Técnico Local, 2002.

seus caminhos para o interior. Os dois mais conhecidos construtores de pontes medievais portugueses, S. Gonçalo e S. Lourenço Telmo, ambos Dominicanos, estão ligados a Guimarães. Segundo a lenda, S. Gonçalo teria construído a ponte de Amarante por volta de 1250. Quanto a S. Lourenço, cujo corpo seria sepultado em S. Domingos, o poder persuasivo da sua pregação teria levado os vimaranenses a contribuir decisivamente para a edificação da ponte de Cavez sobre o Tâmega entre 1224 e 1264.

Desde os finais do século XIII, porém, que se avolumarão os sinais de crise. A Peste Negra, que irrompe na vila em 1348, não fará mais do que potenciá-los. As suas várias réplicas, acompanhadas da fome e da guerra, prolongar-se-ão até nos finais do século XIV. Então, na ressaca da crise de 1383-1385, D. João I reunificará a vila, formal e administrativamente; a dualidade, porém, seria perpetuada através de procissões como a do Anjo Custódio que, ainda na Idade Moderna, se dirigiam da Colegiada ao Castelo. O novo povoado tinha intramuros uma dimensão de aproximadamente 20 ha, dos quais 2,9 ocupados pela Vila Alta, o que era razoável para cidades portuguesas da época. Fora de muros, possuía arrabaldes extensos: o campo da Feira, a oriente do muro, na estrada de Amarante, seria o mais antigo. A rede de albergarias e gafarias que se sobrepôs às das estradas – e que os Mendicantes utilizarão nas suas fundações – também rapidamente traçará os limites urbanos que, bem para além das pedras da muralha, foram pressentidos pelos homens.

A divisão paroquial acompanharia a expansão; subsequente à repartição das receitas nas grandes instituições religiosas seculares, ela coincide também com a chegada dos Mendicantes. Uma partilha territorial estabilizada, no seguimento da divisão fiscal, tornava-se, portanto, urgente. Desse modo, em 1220, a paróquia única seria ainda apenas a da Colegiada de Santa Maria de Oliveira: mas imediatamente após surge uma segunda, mais a sul, sedeadada na igreja de S. Paio. Na Vila Alta só em 1258 é referida a capela românica de S. Miguel do Castelo como paroquial, ainda sufragânea de Santa Maria da Oliveira. Possivelmente foi sagrada em 1233 e o concelho da vila reunia no seu alpendre, simultaneamente cemitério. A infinita experiência dos mortos só poderia estimular as boas políticas dos vivos.

Estes últimos estabeleceram-se, ao longo das vias, novas ou antigas, em unidades de carácter jurídico, morfológico e económico, os chãos, que seriam maioritariamente criados e contratados pelo maior proprietário da povoação: o cabido da Colegiada. O plano urbano, provido com rigor pelos cônegos, abriu

praças e ruas cuja morfologia seria mais ou menos regular, conforme as condições topográficas, económicas, culturais e de pressão demográfica. Entre os seus três níveis: parcelar, viário e edificado, o primeiro será o fundamental e o mais perene. Desde cedo, portanto, se formalizariam as propriedades essenciais da paisagem urbana de Guimarães. Mas, à semelhança do que sucedeu noutras localidades próximas, a acção do Concelho será, nesse aspecto, débil, para não dizer inexistente.

Unificada a vila e derrubado, por ordem de D. João I, o troço de muralha que separava os dois povoados, será junto do grande espaço de representação da Vila Baixa, o largo da Colegiada, ou de Santa Maria, que os homens-bons do Concelho vão construir o seu paço nos finais de Trezentos. A proximidade do sagrado, como a dos mortos, apenas avisará e fortalecerá as decisões de um poder ainda bem frágil. Depois da vitória de Aljubarrota, o monarca, em cumprimento de promessa efectuada a Santa Maria da Oliveira percorrerá em 1387, descalço, o trajecto desde S. Lázaro, seguindo pela rua de Gatos e com passagem pelos Dominicanos, até Santa Maria da Oliveira. O ritual cartografa os limites urbanos e marca distintamente o centro, doravante único, da vila. A promessa incluía ainda a reconstrução do antigo templo e a obra, a cargo de João Garcia de Toledo decorria ainda em 1413, apesar de a igreja ter sido benzida em 1403.

Nos finais da Idade Média o espaço urbano de Guimarães coincidia em vários locais com fronteiras que, em muitos casos, apenas seriam significativamente ultrapassadas no século XIX: o castelo e os Canos a norte, a zona de Couros e S. Francisco a nascente, a albergaria de S. Roque e a rua Travessa a sul, os gafos de Santa Luzia e de São Lázaro a poente. A unificação dos dois núcleos, porém, não impediria a desertificação da Vila Alta. Ela seria acelerada pela criação de uma nova barreira, erguida no lugar da antiga muralha demolida por D. João I pelo seu filho bastardo D. Afonso, primeiro duque de Bragança. Ao iniciar, a partir dos anos 20 do século XV, a construção do seu gigantesco paço nas proximidades da linha de separação dos dois núcleos, D. Afonso resgataria definitivamente a Vila Baixa ao antigo povoado do castelo.

Outra influência importante teria o Paço dos Duques na arquitectura vimaranense, já que o edifício barreira viria a ser um dos seus temas mais glosados. Esse, porém, não será o caso do novo Paço do Concelho iniciado no reinado de D. Manuel, depois de 1515, frente à Colegiada, entre os largos contíguos de Santa Maria e S. Tiago. Erguido sobre arcos, retoma a forma dos

antigos pórticos das reuniões concelhias de homens-bons junto das igrejas. O centro é um também um local mental e, ao articular através do alpendre as duas praças, o paço concelhio unificava simbolicamente o que o paço senhorial – aliás nunca concluído – separara. À sua tipologia não serão estranhos, mais uma vez, os Mendicantes. No alpendre praça dominicano do Porto, concluído em 1320, efectuar-se-iam ao longo do século as reuniões magnas do Concelho. Nele coincidiram, numa centralidade tomista, a coalizão de interesses entre burgueses e Pregadores e a nuclearidade geográfica intramuros. O edifício seria ainda o centro de uma teia geométrica que coordenaria o plano urbano, formatando o desenho de uma boa parte da muralha fernandina e das suas principais aberturas, e a localização da Alfândega (1325), da Judiaria (1388), dos conventos de *Corpus Christi* em Gaia (1345) e de Santa Clara (1415) e Santo Elói (1491) dentro de muros. A paisagem urbana dos finais da Idade Média portuense foi, desse modo, percorrida por uma forte pulsão sagrada, geométrica e abstracta..

Ela também se verificaria na Guimarães intramuros do último quartel do século XIV, mas independente da situação mendicante, nos grandes quarteirões a norte do eixo rua Sapateira/rua dos Mercadores e a ocidente dos largos de Santa Maria e Santiago. Um plano ortogonal integrará a rua Escura, habitada por dependentes dos duques de Bragança, alinhada pela porta da Torre Velha e orientada na direcção norte/sul, e a Judiaria (referida na década de 70 de 1300), perpendicular a ela no sentido nascente/ poente. No prolongamento ocidental desta última situou-se o primeiro Paço do Concelho joanino e, depois, o seu sucessor manuelino: a sua implantação junto da Colegiada contribuiria para a consolidação simultânea dos tecidos morfológico e cívico da vila.

A integração dos elementos topográficos da paisagem, entre eles a Câmara e a Colegiada, e a sua associação a uma atenta geografia social, terão paralelo e complemento nos rituais urbanos, cujos objectivos de organização e coesão do corpo social serão semelhantes. Eles possuirão igualmente uma grande capacidade de gerar formas urbanas. De que outra maneira se poderá entender o pátio-baldaquino do padrão do Salado, petrificado nos finais do século XIV frente à Colegiada, junto da oliveira sagrada? Ele duplicar-se-á, ainda na primeira metade de Quinhentos, em peregrinação inversa à de D. João I, em São Lázaro, no extremo ocidental do povoado. Porto sem mar, Guimarães terá então um farol sem barcos, já que o padrão de São Lázaro repete o farol de S. Miguel-o-Anjo, de Francisco de Cremona, no Porto (1528).



Fig 2 - Guimarães c. 1500. A evolução da forma urbana de Guimarães e a criação de um património edificado.
 In AFONSO, José Ferrão; FERRÃO, Bernardo José, *Guimarães Património Cultural da Humanidade*, vol. I. Guimarães: CMG., Gabinete Técnico Local, 2002.

Idade Moderna

Uma grande continuidade, que alcançará os meados de Oitocentos, trabalhará sobre as principais linhas de força da paisagem urbana medieval. Algumas disfunções, porém, ocorreram. A mais importante talvez tenha sido a abertura de praças a partir de Seiscentos. Elas não serão mais os espaços sagrados primordiais, como o que se situou em redor de Santa Maria e de onde, debaixo da protecção dos mortos, emergiram a assembleia, a justiça e o mercado. À civilização medieval de proximidade, táctil e objectiva, sucedeu a subjectividade de uma cidade que se pretendeu organizar, formalmente, segundo os mecanismos da visão. O mais precoce e importante exemplo dessa transformação será em Guimarães o terreiro da Misericórdia, aberto a partir do primeiro quartel do século XVII. Ele obrigou à demolição de um bom trecho da povoação medieval, libertando a fachada da igreja de Manuel Luís (i.1604, e concluída, com alterações suas no registo superior, por Gonçalo Lopes) e a da casa de despacho junto dela, de João Lopes de Amorim, rematada em 1640. O hospital anexo, contudo, ainda em 1674 não estava terminado. A plasticidade estabilizada do frontispício da Misericórdia não terá continuidade no repetitivo desenho de superfície da casa de despacho. As três igrejas das Misericórdias de Braga, Porto e Guimarães foram uma série que Manuel Luís desenvolveu ao longo da segunda metade de Quinhentos e em que o nervoso e um tanto obsessivo modelo maneirista inicial se depuraria até à distensão contida da fachada vimaranense. Ele, é portanto, um dos últimos elos nortenhos da cadeia de fachadas retábulo quinhentistas. A casa de despacho, pelo contrário, é um ponto de partida. Gémea do corpo principal do hospital de D. Lopo de Almeida, na rua das Flores portuense, ela perdeu, algures na extensão e na afirmação, monótona e automática, das suas fiadas de aberturas, o sentido de desenvolvimento orgânico da fachada da igreja vizinha. No processo, assumiu o carácter dogmático dos grandes edifícios conventuais da Contra – Reforma tridentina, identificando-se, assim, com muita da arquitectura seiscentista do Norte. Mas o modelo dogmático não seria universalmente seguido pelos conventos que se erguerão em Guimarães a partir do século XVII. Quase todos femininos e de pequenas dimensões, evitarão a afirmação das longas frentes, recatando-se atrás de acidentes como os muros das portarias e as torres dos mirantes. O mais antigo entre esses conventos seiscentistas, o dos Capuchos (1644), seria o único masculino, instalado no exterior da muralha da

Vila Alta, frente à Porta do Garrida. Do edifício original pouco resta, e a fachada da igreja em que o entalhador António da Cunha Correia Vale conseguiu trazer para o rocóco uma robustez, barroca e bem minhota, é posterior a 1763. Da história da edificação do convento ficou o registo de um furto, ainda que pouco sacro: os frades não tiveram qualquer problema em ir roubar a pedra de que necessitavam no castelo próximo.

Outros dois conventos femininos instalaram-se, em Seiscentos, para além dos limites da cintura periférica semicircular definida pelos Mendicantes no século XIII. Ela tinha, entretanto, sido ocupada por «campos», adjacentes, a poente, sul nascente, às muralhas. O mais bem sucedido de entre eles era o do Toural, contíguo a S. Domingos. No campo a SE do Toural surgiria mais uma paroquial, a de São Sebastião (i. 1570) e, já no século XVII um hospital, o de São Dâmaso (i. 1636), frente a S. Francisco. Será a sul do campo da Feira e junto da estrada de Amarante, que se firmarão modestamente as Capuchinhas em 1683. O dormitório do convento foi contratado em 1719 e a igreja estaria provavelmente concluída em 1734. As Dominicanas, por sua vez, fundariam a sua casa de Santa Rosa de Lima, na rua Travessa, não muito longe dos seus irmãos masculinos, em 1680. O convento, contudo, só foi iniciado em 1727, estando quase concluído em 1739. Finalmente, as Carmelitas preferiram o troço superior da rua de Santa Maria, designado da Infesta, onde se instalaram em 1685. No ano de 1723 conclui-se a igreja e, em 1732, o pórtico principal. Por sua vez, no interior da muralha, um convento já antigo recebiam roupagem nova. Fundado em meados do século XVI na rua de Santa Maria, o convento de Santa Clara, será reformado nos anos trinta e quarenta de Setecentos.

O século XVII assistirá também à construção das grandes casas nobres no interior de muros. Elas sucederam às torres medievais e ao despontar do valor icónico das fachadas em Quinhentos. No terreiro da Misericórdia afirmam-se a Mota-Prego, originalmente do morgado dos Carvalhos e a dos Coutos, na origem Peixoto de Miranda. A vontade de auto representação da elite vimaranense expressa-se aí de forma diferente; na primeira, inacabada, uma rigorosa demonstração serliana de distribuição de aberturas articula-se bem com o revivalismo da torre; Na segunda, a *turre*, transformada em mirante barroco, ocultou-se por trás da repetição infinita e monótona dos vãos. Estes, e a fachada da casa, expõem uma complicada adaptação da perspectiva, já que ondulam segundo o alinhamento da antiga rua medieval do Serralho, preexistente à abertura do terreiro. O mesmo, aliás, se verifica na margem

fronteira, onde existira a rua das Flores. O traçado da rua medieval *que vai*, mesmo depois desta última ter deixado de existir, continua a assombrar a paisagem urbana portuguesa da Era Moderna. Mas a casa nobre urbana seiscentista de Guimarães, na sua vontade de conquista de espaço, será também capaz de variedade, audácia e inovação: a do Arco, do morgado dos Almeida de Eça, é uma precoce e pragmática planta em "H" na qual o corpo central se lança, balconado, sobre a rua de Santa Maria, seguindo o exemplo do não muito distante paço do concelho manuelino.

Ambas as casas do Terreiro da Misericórdia, a Mota Prego e a dos Coutos, serão ocupadas pelo arcebispo de Braga D. José de Bragança que, desavindo com o seu cabido, se instalaria em Guimarães entre 1747-1749. Ele e o então proprietário da casa Mota Prego, Tadeu Luís de Albuquerque, estarão na origem de grandes celebrações barrocas que terão como palco o terreiro. O arcebispo seria ainda, antes e durante a sua permanência vimaranense, o promotor de um surto arquitectónico «joanino» que se fará sobretudo sentir na portaria do convento do Carmo e no vertiginoso pórtico do convento de Santa Rosa de Lima. Menos compreensível é o seu patrocínio à exuberante fachada do Carmo (1742), cujas aberturas se distribuem numa tensão magnética, ainda maneirista, capaz de atrair e fixar em seu redor toda uma série de elementos decorativos originários do imaginário popular.

Outras casas nobres se construirão, sobretudo no século XVIII, na periferia urbana: a mais espectacular de entre elas é a de Vila Flor (c. 1750). Como o paço dos Duques, foi um projecto inacabado; será, também como ele, uma enorme barreira, aqui escoltada por uma galeria de granito, representando os reis portugueses, esculpida em torno das suas fachadas norte e nascente. Essa foi a única ala do edifício construída em Setecentos, rematando um jardim rocóco de escadarias, pináculos, estatuária, casas de fresco e luzidias japoneiras que se estende por três níveis. Mais a norte, a casa de Vila Flor terá um jardim semelhante, embora mais pequeno; ela situou-se nas traseiras do santuário do Senhor dos Passos, no extremo nascente do antigo Campo da Feira, projectado pelo bracarense André Soares em 1769. O plano de André Soares, que incluía uma berniniana ponte com estatuária sobre o rio de Couros, entretanto destruída, transformaria o antigo campo no mais importante conjunto cenográfico da cidade.

A influência do rocóco bracarense é notória na vila durante a segunda metade do século XVIII; para além do Senhor dos Passos, dos jardins de Vila Flor e Vila Pouca, e de uma série de casas nobres, a cidade acolherá ainda uma

das jóias da arquitectura civil nortenha, a casa Lobo Machado (1754), na rua Sapateira, junto ao terreiro e hospital da Misericórdia. A casa, cómoda de um íntimo e luxuoso *boudoir* que, por acaso, se encontrou na via pública, conquista e afirma através da existência única da fachada; desse modo, ninguém pensou, ou achou necessário, prover-lhe um interior ou, sequer, uma traseira. Para além da plasticidade do frontispício, apenas o pátio mostra, no desdobrar do remate do corrimão e do patim da escadaria, uma atenção, ainda que minimalista, a um sensual tratamento do espaço.



Fig 3 - Guimarães c.1780. A evolução da forma urbana de Guimarães e a criação de um património edificado.
In AFONSO, José Ferrão; FERRÃO, Bernardo José, *Guimarães Património Cultural da Humanidade*, vol. I. Guimarães: CMG., Gabinete Técnico Local, 2002.

Idade Contemporânea

A escadaria e a fachada da casa Lobo Machado são sistemas requintados, enganosos e manipuladores; eles são uma constante no trabalho de André Soares e concretizam uma perturbadora capacidade *rocaille*: a de transformar a *obscena* em *cena*. Desse modo, o percurso iniciado com a abertura do terreiro da Misericórdia, que assinalou em Guimarães o arranque da utilização dos mecanismos da visão como geradores de formas urbanas, terá aí a sua conclusão lógica. O esgotamento do modelo rocóco originará uma reorientação geográfica: à influência bracarense sobrepor-se-á a do Porto e das Obras Públicas almadinas. Desde os anos sessenta do século XVIII que se sucediam as normas de regulamentação urbana, proibindo as rótulas, tabuleiros, empanadas e sacadas: o alinhamento das ruas, a construção de «corredores de movimento» era, ainda, o seu grande objectivo. O senado vimaranense, porém, pretendeu nos finais de Setecentos ultrapassar esse conjunto de apêndices do urbanismo «regulado» medieval. Em 1792 escreve à rainha, pedindo «...que ela fosse autorizada a dar o plano e risco de todos os edifícios que na vila se construísem como se fazia no Porto para que assim a vila se aformoseasse e regularizasse...». A resposta real, recusando essas pretensões, deve ter sido decepcionante para a edilidade. Segundo a Coroa, as instituições existentes na vila e o modelo de práticas urbanas que até aí implantara seriam capazes de dar perfeitamente conta do recado. A tradição, portanto e como sempre, está no âmago do urbanismo português. Tradicional, e talvez com o intuito de aclamar os ânimos da elite local, será a planta enviada para a construção de uma frente urbana no campo do Toural, a sul da vila. Este era então o mais importante do povoado, com edifícios nobres como a casa do Toural (1721) e a igreja de S. Pedro, (i.1735); o novo projecto obrigaria à demolição da antiga muralha que, aliás, desde os anos oitenta se ia paulatinamente destruindo em vários pontos. Surge assim mais uma barreira, ou se quisermos, uma fachada para a vila, pois o Toural era o principal ponto de confluência dos caminhos que se dirigiam a Guimarães ou por ela passavam. O paralelo, na volumetria, implantação e significado deve-se procurar no dormitório dos Lóios, no Porto, actualmente conhecido como Passeio das Cardosas. A fachada portuense, contudo, tem conotações aristocráticas – nela reverberam as duplas pilastras coríntias da Chancelaria romana, contidas sob um frontão clássico – enquanto que Guimarães adoptaria a solução bem mais burguesa do prédio almadino. Ele, porém,

será multiplicado ao infinito. Desmaterializado pela transparência das aberturas quase contínuas, voltadas a sul e ao sol, conseguirá mesmo fazer esquecer os pesos dos cunhais e cornijas ainda *rocaille*.

Uma forte industrialização, encetada nos finais do século XVIII mas intensificada sobretudo a partir dos meados de Oitocentos, trará a melhoria substancial da rede rodoviária, o comboio, e uma demografia galopante à vila. Transportará também a expansão urbana para além dos limites parcimoniosamente mantidos durante séculos, bem para além da barreira de Vila Flor e das suas sentinelas reais. Inicia-se, portanto, o processo de fragmentação dos equilíbrios do sistema urbano criado no século X: ao sentimento de perda estarão associadas as primeiras e românticas preocupações patrimoniais. Desse modo, surge em 1850 uma «Comissão de Amigos do Castelo», patrocinada pela Câmara. Pouco depois, em 1863, a cidade – desde 1852 e da visita de D. Maria II – terá um plano, de autoria de Almeida Ribeiro. Documento pragmático, imbuído da filosofia higienista oitocentista, respira ainda a prática tradicional do urbanismo regulado medieval, como se entende pela sua designação: «Plano de Alinhamentos e Melhoramentos da Cidade de Guimarães». O documento não introduz, portanto, rupturas e, mais do que consagrar uma expansão, ratifica e enquadra a que até então se verificara. Também apresenta preocupações patrimoniais, mas dirigidas a edifícios específicos: o castelo, o paço dos duques, a igreja de S. Miguel. Vão-se, portanto, sedimentando os objectos de uma hagiologia vimaranense – e portuguesa –. Como sabia já S. Bernardino de Siena no século XV, é neles, não no espaço, que se alojam as qualidades do sagrado. Desse modo, sancionam-se as demolições quando julgadas «necessárias»; assim sucederia com as igrejas de São Tiago (1887), S. Sebastião (1892) e S. Paio (1914). Elas eram dispensáveis na hierarquia teológica criada pelo romantismo do século XIX e escritores como Alexandre Herculano, Vilhena Barbosa, Ferreira Caldas, Ramalho Ortigão e Albano Bellino. A sua origem, porém, é anterior: ela anunciava-se já nas estátuas dos reis que sacralizavam Vila Flor (c. 1750), ou em escritos como o do padre Torquato Peixoto de Azevedo, «Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães» (1692). A idade pré-patrimonial será mesmo capaz de produzir obras de conservação acidentais, como as ordenadas no castelo em 1721 por D. João V e, posteriormente, reafirmadas por D. João VI em 1802.

O potencial hagiológico da cidade será pressentido, estudado e ampliado por Martins Sarmento (1833-1899), dinamizador dos Congresso Nacionais

de Arqueologia realizados entre 1877 e 1880. Ele alargar-se-á então à arqueologia, etnografia e etnologia. Não surpreende, portanto, que Martins Sarmiento seja, com o Padre Ferreira Caldas, José Pinto de Queirós Montenegro e o cónego José Aquilino Veloso Sequeira, responsável pelo primeiro restauro «científico» da igreja de S. Miguel do Castelo (1874). A sua obra será secundada e complementada pela do seu conterrâneo e contemporâneo Alberto Sampaio (1841-1909), autor das «Póvoas Marítimas», que insistiria na urgência da reconstrução nacional, através do fomento agrícola, da industrialização, do estudo aprofundado do artesanato e cultura populares. Tendo em atenção esses objectivos, Sampaio ajudará a promover em 1882 a criação da Sociedade Martins Sarmiento e, em 1884, do seu órgão científico, a «Revista de Guimarães». Para a Sociedade, o arquitecto portuense Marques da Silva construirá, a partir em 1899, junto do convento de São Domingos cujo claustro será, aliás, integrado no edifício, um museu panteão simbolista cujas três absides historiadas rematam, a nascente, o corpo antigo da cidade.

Com a República, Mariano Felgueiras, um dos membros da Comissão Executiva da edilidade vimaranense eleita em 1914, encomendará uma nova câmara municipal a Marques da Silva, projecto historicista apresentado em 1916. Na sua memória descritiva o arquitecto alarga o leque dos objectos sagrados: para além do castelo, da capela de S. Miguel e do paço dos duques, nomeiam-se S. Francisco e S. Domingos, a praça de Santa Maria da Oliveira e o Paço do Concelho de origem manuelina. Só em 1924, porém, arrancará a sua construção na nova praça circular, junto do Paço dos Duques, formalizada no haussmaniano plano de Luís de Pina que será apresentado em 1925. Ele ordenava, a partir da praça da câmara, a expansão radial da cidade para NE, criando uma alternativa à cidade antiga, ao mesmo tempo que interagia com a Vila Alta do Castelo. O conceito museológico de património elaborado pelo plano Almeida Ribeiro será, no programa de Luís de Pina, objecto de uma revisão importante: não se deverão preservar apenas objectos mas, em consonância com o que F. Choay denomina de «conservação devota», áreas extensas da cidade antiga, pré-industrial, e do seu ambiente urbano. Numa inversão da história, ao mundo nominalista dos objectos sagrados de Bernadino de Siena sucede uma aproximação ao conceito augustiniano da cidade como *imago mundi*. O plano Luís de Pina será, portanto, um passo importante na criação do conceito de centro histórico.



Fig 4 - Guimarães c. 1925. A evolução da forma urbana de Guimarães e a criação de um património edificado.
In AFONSO, José Ferrão; FERRÃO, Bernardo José, *Guimarães Património Cultural da Humanidade*, vol. I. Guimarães: CMG., Gabinete Técnico Local, 2002.

Durante a República, e bem para lá dela, manter-se-á actuante em Guimarães uma ideologia patrimonial em que a recolha dos objectos sagrados móveis, maioritariamente provenientes da extinção das ordens religiosas, será complementada pela colheita dos objectos, igualmente sagrados e teoricamente imóveis, provenientes da História. Ambas, porém, coabitam com a acção demolidora de áreas urbanas mais ou menos extensas. Para a primeira colecta criou-se em 1928, já com o Estado Novo, o Museu Alberto Sampaio, que foi acompanhado pelo restauro do claustro supostamente românico da Colegiada que, na realidade, datava em grande parte do século XVI. Com objectivos semelhantes, surgiu em 1931 o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, instalado no antigo Paço do Concelho do Largo de Santa Maria. O inventário será prosseguido em 1940, quando Alfredo Pimenta escreveu o Guia Turístico de Guimarães, trabalho pioneiro e um dos mais importantes do género, depois de, em 1936, ter defendido no primeiro Congresso Nacional de Turismo a grande qualidade e quantidade dos recursos arqueológicos, arquitectónicos, artísticos e bibliográficos vimaranenses.

A recolha de Alfredo Pimenta abrangia os dois tipos de objectos hagiológicos, móveis e imóveis. Ela surge no contexto das Comemorações Centenárias de 1940, na preparação das quais o Estado Novo investira fortemente no restauro do castelo (i.1932), igreja de S. Miguel (i.1936) e paço dos Duques (i. 1937, concluído apenas em 1960, a cargo de Rogério de Azevedo). Eles formalizarão o conceito de «colina sagrada» que, porém, irá muito para além da sacralização de uma Idade Média mítica pois, com a execução do parque projectado por Rogério de Azevedo, apenas concluído em 1962, objectivou-se um cenário de cosmogonia, em que a arquitectura emergia do ambiente primordial da natureza. Mas, mais uma vez confirmando Bernardino de Siena, não seria a colina que possuía um carácter sagrado, mas sim os objectos que nela se encontravam e os que lá foram colocados. Neste último caso incluiu-se a estátua de D. Afonso Henriques de Soares dos Reis, originalmente inaugurada frente a S. Francisco, depois deslocada para o Toural por Mário Felgueiras e, por fim, a tempo das Comemorações Centenárias, para junto da fachada do paço dos duques. Depois de consolidada a sacralização, o *temenos* da «zona protegida» será traçado em 1952 por uma primeira vez, a segunda, definitiva, ocorrerá já em 1955. Mas, mais do que proteger os objectos da colina, a delimitação destinava-se a evitar que eles se deslocassem. A desmontagem da igreja de S. Dâmaso e a sua reconstrução em 1965 no extremo norte do campo de São Mamede seriam a prova cabal dessa inquietude.

A existência da colina sagrada fará ressuscitar a antiga dualidade medieval de Guimarães. Não só formal, mas também administrativamente, já que na Vila Baixa as preocupações patrimoniais serão assumidas em 1931 por uma Comissão de Estética, proposta pela Sociedade de Defesa e Propaganda de Guimarães; ela terá por objectivo controlar todos os projectos de alteração arquitectónica ou estrutural da cidade, tomando a seu cargo a renovação das fachadas das habitações da rua de Santa Maria (1932). A escolha dessa rua não terá sido accidental: se ela era tida como sendo a mais antiga da cidade, fora também o elo de ligação das duas vilas. Em 1949 será apresentado, na sequência do 1º Congresso Nacional de Arquitectura e das directivas de Duarte Pacheco, o ante projecto de Urbanização da Cidade de Guimarães, de Maria José Marques da Silva e David Moreira da Silva. Muito inspirado em De Groer e no movimento inglês da cidade jardim, será implementado a partir de 1955 e configurava uma colaboração, senão uma dependência estreita das ideias propostas pelos Monumentos Nacionais para a cidade. Continuava, portanto, a ser patrimonialmente selectivo, preconizando apenas a conservação das áreas de maior valor arqueológico ou arquitectónico e sacrificando importantes áreas da paisagem urbana histórica. Depois dos planos de Almeida Ribeiro e Luís de Pina, seria aquele que teve maiores possibilidades de execução e um dos seus maiores méritos seria a cintura de jardins criada, a poente e sobretudo a nascente, em torno das antigas muralhas, ocupando a cintura periférica medieval delineada pelos Mendicantes. Ela, porém, obrigaria à demolição de uma boa parte da cidade antiga, incluindo a igreja e hospital de São Dâmaso. A primeira seria, como dissemos, movida para o campo de S. Mamede, junto do castelo; uma habitação medieval, por sua vez, seria deslocada e reconstruída no largo de São Tiago. O ritual, agora institucionalizado nos planos, continua a ser capaz de gerar formas urbanas e a comandar a deslocação dos objectos sagrados; estes porém, trasladam-se agora, ao contrário do que sucedeu com o padrão de São Lázaro no século XVI, da periferia para um centro exangue.

Com efeito, no interior dos antigos muros, a antiga Vila Baixa degradava-se aceleradamente; em 1955 o Ministério das Obras Públicas e a Câmara retomam algumas das considerações da Comissão de Estética dos anos 30, ordenando que todos os projectos de arquitectura deveriam ser supervisionados. Irrrompe a ideia de que Guimarães se devia «defender denodadamente». Suceder-se-ão os ritos de interdição e protecção que fortalecerão o centro e lhe conferirão o seu carácter mágico/religioso. Nesse sentido, também será

necessário definir e identificar as ameaças que pesavam sobre ele. Esse trabalho, que terá como um dos objectivos principais a contenção da «constelação desordenada», entenda-se da suburbanidade. Ela seria produzida, sobretudo a partir dos anos sessenta, por um ritmo de industrialização em comparação com o qual se pode afirmar que aquele que ocorrera no século XIX simplesmente não tinha existido. Na sua contenção será uma etapa essencial o Plano de Urbanização de Guimarães, de 1979, do arquitecto Fernando Távora.

Ao Plano de Urbanização sucedeu-se, em 1983, a criação do Gabinete do Centro Histórico pelo arquitecto Nuno Portas, que mais tarde será designado Gabinete Técnico Local. Os seus limites de actuação coincidirão inicialmente com os da antiga muralha medieval da Vila Baixa: a sacralização da cidade estava completa, as suas muralhas reerguidas, mas o perigo da dualidade também. Na recta final, será ao trabalho altamente qualificado desenvolvido pelo Gabinete Técnico Local, que, em grande parte, se deve a consagração obtida com a concessão em 2001 do título de Património Cultural da Humanidade ao centro histórico. Ele conseguiria também a reunificação, pois a área abrangida pela classificação incluiria as antigas Vila Alta e Baixa. Mas a verdadeira heroína da história, a detentora da magia foi, sem dúvida a cidade, *Vimaranis*.

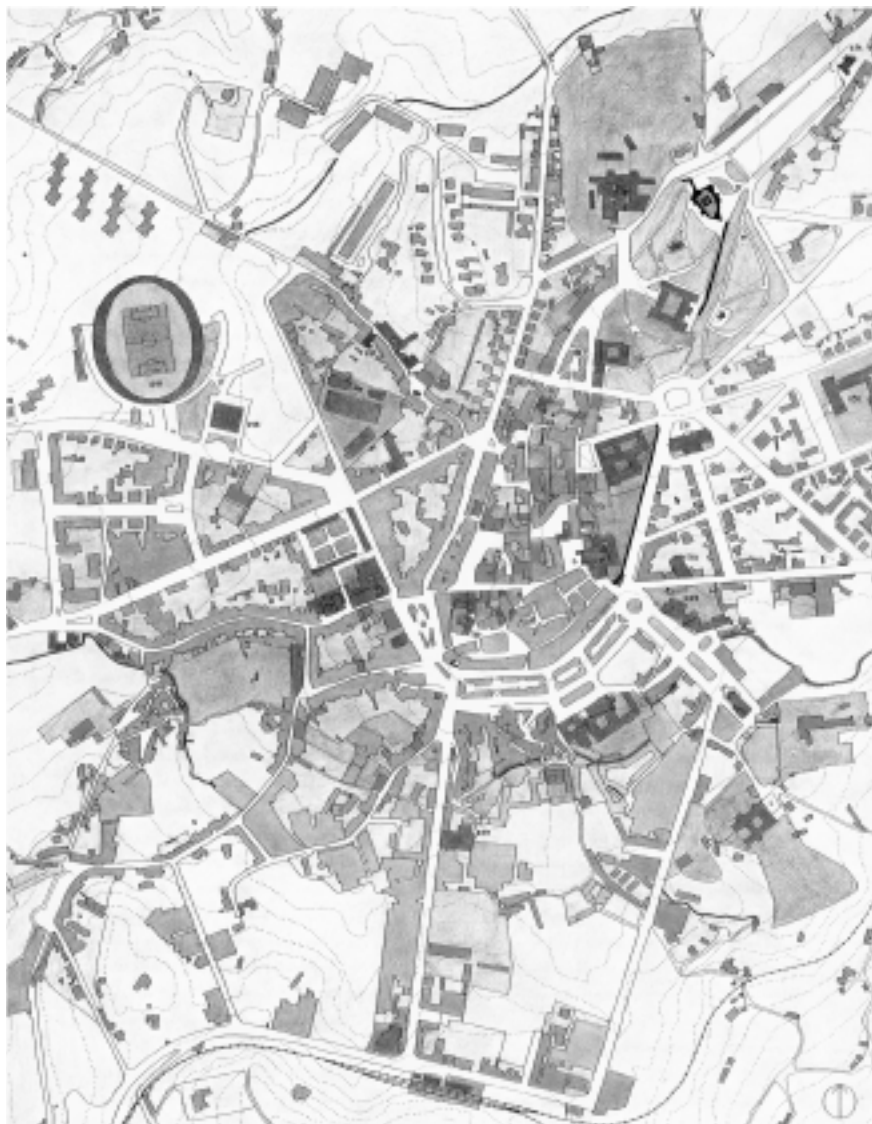


Fig 5 - Guimarães c. 1975. A evolução da forma urbana de Guimarães e a criação de um património edificado.
In AFONSO, José Ferrão; FERRÃO, Bernardo José, *Guimarães Património Cultural da Humanidade*, vol. I. Guimarães: CMG., Gabinete Técnico Local, 2002.



Fig 6 - Área classificada em 2001. A experiência de reabilitação urbana do GTL de Guimarães: estratégias, método e algumas questões disciplinares. In AGUIAR, José, *Guimarães Património Cultural da Humanidade*, vol. II. Guimarães: CMG., Gabinete Técnico Local, 2002.

Bibliografia

- AFONSO, José Ferrão – «Imagens da Guimarães setecentista – festa, espaço e regulamento». *Portugal/Brasil – Brasil/Portugal. Duas faces de uma realidade artística*. Lisboa: Comissão nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.
- *Manuel Luís – um contributo para o estudo de um mestre pedreiro seiscentista*, separata da *Revista Museu*, IV Série, nº 6, 1997.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – «O Românico», *História da Arte em Portugal*, vol. II. Lisboa: Publicações Alfa, 1986.
- ALMEIDA, Eduardo de – *Romagem dos Séculos*. Guimarães, Sociedade Martins Sarmento Ed., 1923
- AZEVEDO, Padre Torcato Peixoto de – *Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães*. Porto: Typographia da Revista, 1845.
- BARROCA, Mário Jorge – «O Castelo de Guimarães» *Patrimonia*, nº1, 1996.
- BRAGA, A. Vieira – *A Administração Seiscentista do Município Vimarenense*, Guimarães: C.M.G., 1953.
- *Curiosidades de Guimarães: séc. XVIII: ruas, casas, muralhas, torres, obras, décimas camarárias, direitos paroquiais*. Guimarães: [s.n.], 1959.
- BRANCO, Fernando Castelo – *Guimarães nos Medos do Século XVIII*, separata de *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*. Guimarães: Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, 1981.
- CALDAS, António José Ferreira – *Guimarães, Apontamentos para a sua História*. Porto: Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1881.
- CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES – *Alargamento da cidade e novos Paços do Concelho*, Guimarães: CMG, 1915.
- CARDOSO, Mário – *A Propósito das Muralhas de Guimarães*, separata de *Revista de Guimarães*, vol. LXVII, 1957.
- CARVALHO, A. L. de – *Os Mesteres de Guimarães*, 7 vols. Guimarães, 1939 – 1951.
- COSTA, Padre Carvalho da – *Corografia Portuguesa*, vol.I. Lisboa: na Off. de Valentim da Costa Deslandes, 1706.
- CRAESBECK, Francisco Xavier da Serra – *Memórias Ressuscitadas de um Corregedor de Entre Douro e Minho em 1726*, Ponte de Lima: Edições Carvalhos de Basto Lda, 1992.
- FERRÃO, Bernardo José – «O conceito de património arquitectónico urbano na cultura ambiental vimaranense», *Guimarães Património Cultural da Humanidade*, vol.I. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães/Gabinete Técnico Local, 2002.

- FERRÃO, Bernardo José e AFONSO, José Ferrão – «A evolução da forma urbana de Guimarães e a criação do seu património edificado», *Guimarães Património Cultural da Humanidade*, vol.I. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães/Gabinete Técnico Local, 2002.
- «Edificações do centro histórico e sua envolvente com interesse patrimonial (fichas)», *Guimarães Património Cultural da Humanidade*, vol.I. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães/Gabinete Técnico Local, 2002.
- FERREIRA, Maria de Fátima Falcão – *Guimarães “duas vilas um só povo”. Estudo de história urbana (1250-1389)*. Dissertação de Doutoramento em História – Idade Média apresentada à Universidade do Minho. Braga, 1997.
- *Uma Rua de Elite na Guimarães Medieval (1376-1520)*, Guimarães: CMG, 1989.
 - «Um Percurso por Guimarães medieval no século XV» – *Patrimonia*, nº1, 1996.
- GUIMARÃES, Alfredo – *Guimarães, Guia de Turismo*. Guimarães: CMG, 1940.
- GUIMARÃES, Manuel Alves de Oliveira – *Guimarães numa Resenha Urbanística do Século XIX*, Guimarães [s.n.], 1986.
- LOBO, Margarida Sousa – *Planos de Urbanização. A Época de Duarte Pacheco*. Porto: FAUP, 1995.
- MEIRA, João de – «Conferência Inédita», *Revista de Guimarães*, vol. XXXI, 1921.
- MILHEIRO, Maria Manuela – «O Palácio e Quinta de Vila Flor», *Patrimonia*, nº1, 1996.
- MORAES, Maria Adelaide Pereira de – *Guimarães, Terras de Santa Maria*, Guimarães, [s.n.], 1978.
- *Velhas casas de Guimarães*. Porto: Universidade Moderna do Porto, 2001.
- OLIVEIRA, Manuel Alves de – *Rectificação a uma Nota de Robert C. Smith a Propósito da Casa dos Lobos Machados*. Braga [s.n.], 1977.
- SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*, Lisboa: IPPAR, 1995.
- VVAA – *Guimarães do Passado e do Presente*, Guimarães: C.M.G. 1985.
- VVAA – *Guimarães Património Cultural da Humanidade*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães/Gabinete Técnico Local, 2002.